



# Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil

informativo 2015



## **República Federativa do Brasil**

Michel Miguel Elias Temer Lulia  
Presidente

## **Ministério do Meio Ambiente**

José Sarney Filho  
Ministro

## **Agência Nacional de Águas (ANA)**

### **Diretoria Colegiada**

Vicente Andreu Guillo (Diretor-Presidente)  
Paulo Lopes Varella Neto  
João Gilberto Lotufo Conejo  
Gisela Damm Forattini  
Ney Maranhão

### **Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)**

Humberto Cardoso Gonçalves



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

# COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

## INFORMATIVO - 2015

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA NACIONAL DE  
GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SAS)

ANA  
BRASÍLIA - DF  
2016

© 2016, Agência Nacional de Águas - ANA.  
Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Blocos  
"B", "L", "M" e "T".  
CEP: 70610-200, Brasília, DF.  
PABX: (61) 2109-5400 / (61) 2109-5252  
www.ana.gov.br

#### **Comitê de Editoração**

João Gilberto Lotufo Conejo  
Diretor

Reginaldo Pereira Miguel  
Representante da Procuradoria Federal

Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho  
Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares  
Ricardo Medeiros de Andrade  
Superintendentes  
Mayui Vieira Guimarães Scafura  
Secretária-Executiva

#### **Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)**

Humberto Cardoso Gonçalves

#### **Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança (CSCOB)**

Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho  
Coordenador  
Alex Castro Soares  
Cristiano Cária Guimarães Pereira  
Evânia Vieira da Costa  
Gláucia Maria Oliveira  
Marco Antônio Mota Amorim  
Emilaine da Matta Paulino  
Ana Beatriz de Freitas Ferreira

#### **Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)**

Cláudia Dianni  
Daniel Cardim Gama

#### **Parceiros Institucionais**

AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul  
Agência PCJ - Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

AGB Peixe Vivo - Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

IBio AGB - Doce - Instituto Bioatlântica

COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - CE

INEA - Instituto Estadual do Ambiente - RJ

SSRH - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

AGUA\$PARANÁ - Instituto das Águas do Paraná

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

FABHAT - Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

FABH-SMT - Fundação Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê

#### **Projeto gráfico e diagramação**

ASCOM & CSCOB/ANA

#### **Fotografia da Capa**

Salto São João - Prudentópolis (PR)  
Zig Koch/Banco de imagens ANA

Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil é uma publicação da Agência Nacional de Águas - ANA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Todos os Direitos Reservados

É permitida a reprodução de dados e de informações contidas nessa publicação, desde que citada a fonte.

Salvo quando especificado, a fonte das informações presentes em figuras e tabelas é a CSCOB/ANA.

#### **Catálogo na fonte: CEDOC/BIBLIOTECA**

**A265c** Agência Nacional de Águas (Brasil).  
Cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil:  
informativo 2015. -- Brasília: ANA, 2016.

24 p. il.

1. Recursos Hídricos -- Cobrança pelo uso 2. Recursos Hídricos -- Gestão -- Brasil. I. Título

**CDU 556.51**

# Sumário

Panorama da Cobrança no Brasil	04
Bacia do rio Paraíba do Sul	09
Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)	13
Bacia do rio São Francisco	17
Bacia do rio Doce	21





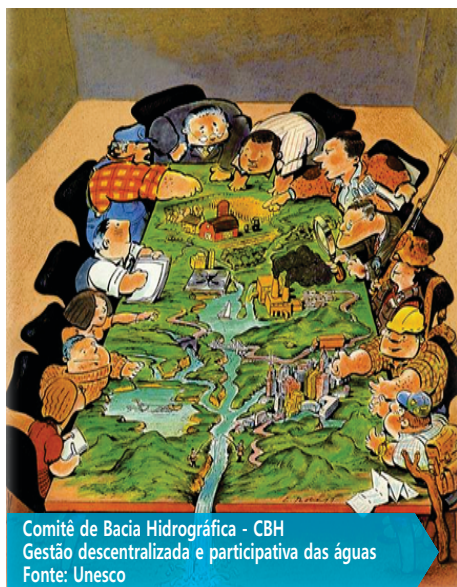
# Panorama da Cobrança no Brasil

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97, e tem como objetivos: i) dar ao usuário uma indicação do real valor da água; ii) incentivar o uso racional da água; e iii) obter recursos financeiros para recuperação das bacias hidrográficas do País.

A Cobrança não é um imposto, mas uma remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir da participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs, a quem a legislação brasileira estabelece a competência de propor ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos os mecanismos e valores de Cobrança a serem adotados na sua área de atuação. Além disso, a legislação estabelece uma destinação específica para os recursos arrecadados: a recuperação das bacias hidrográficas em questão gerados.

A Cobrança em águas de domínio da União somente se inicia após a aprovação pelo

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH dos mecanismos e valores propostos pelo CBH. Compete à Agência Nacional de Águas - ANA, criada pela Lei nº 9.984/00, arrecadar e repassar os valores arrecadados à Agência de Água da bacia, ou à entidade delegatária de funções de Agência de Água, conforme determina a Lei nº 10.881/04.

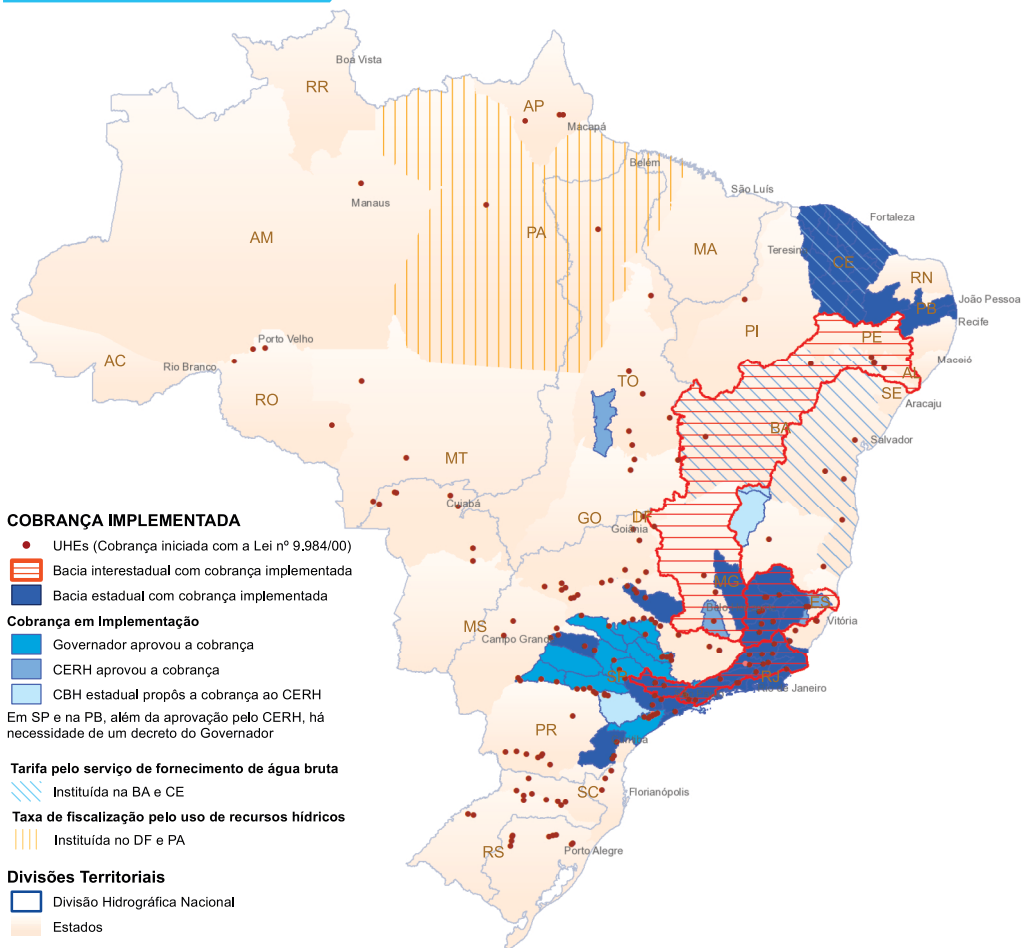


A Agência de Água da bacia, ou entidade delegatária de suas funções, é instituída mediante solicitação do CBH e autorização do CNRH, cabendo a ela desembolsar os recursos arrecadados com a

Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo CBH.

Assim como na legislação federal, a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos também está prevista nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos.

## Situação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no País



## Valores Cobrados e Arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos

Bacia Hidrográfica		Domínio
INTERESTADUAL	Paraíba do Sul (CEIVAP)	União
	Paraíba do Sul (Transposição PBS/Guandu) <sup>1</sup>	União
	Piracicaba, Capivari, Jundiá (Comitês PCJ)	União
	São Francisco (CBHSF)	União
	Doce (CBH-Doce)	União
TOTAL INTERESTADUAL		
CEARÁ	Em todas as bacias hidrográficas do Estado	CE
	Coreaú	CE
	Acaraú	CE
	Litoral	CE
	Curu	CE
	Metropolitana	CE
	Baixo Jaguaribe	CE
	Parnaíba (Sertão Crateús e Serra Ibiapaba)	CE
	Banabuiú	CE
	Médio Jaguaribe	CE
	Alto Jaguaribe	CE
	Salgado	CE
Total CE		
RIO DE JANEIRO	Médio Paraíba do Sul	RJ
	Piabanha	RJ
	Dois Rios	RJ
	Baixo Paraíba do Sul	RJ
	Baía de Guanabara	RJ
	Baía da Ilha Grande	RJ
	Guandu	RJ
	Itabapoana	RJ
	Lagos São João	RJ
	Macaé e Rio das Ostras	RJ
Total RJ		
SÃO PAULO	Paraíba do Sul	SP
	PCJ (paulista)	SP
	Sorocaba e Médio Tietê	SP
	Baixada Santista	SP
	Baixo Tietê	SP
Total SP		
MINAS GERAIS	PJ	MG
	das Velhas	MG
	Araguari	MG
	Piranga	MG
	Piracicaba	MG
	Santo Antônio	MG
	Suaçu	MG
	Caratinga	MG
	Manhuaçu	MG
	Preto/Paraibuna	MG
	Pomba/Muriáé	MG
Total MG		
PARANÁ	Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira	PR
Total PR		
PARAÍBA	Todas as bacias	PB
Total PB		
TOTAL NO PAÍS <sup>2</sup> (cobranças em bacias hidrográficas)		

1- Conforme art. 1º da Resolução CNRH nº 66/06, a cobrança pelo uso das águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu corresponde a 15% dos recursos arrecadados pela cobrança na bacia do rio Guandu (o CBH-Guandu tem atuação nos rios Guandu, Guarda e Guarda-Mirim, os 15% referem-se apenas a cobrança arrecadada sobre as águas superficiais do rio Guandu).

### Valores Arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Setor Hidrelétrico no País, em R\$ 1,00

SETOR HIDRELÉTRICO <sup>1</sup>	Tipo de Usina	Início	2015		TOTAL		Fonte
			Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	
	UHEs	2001	...	185.261.103	...	2.012.755.909	ANEEL

1- De acordo com o Decreto nº 7.402/10, a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648/98, constitui cobrança pelo uso de recursos hídricos, prevista no inciso IV do art. 5º da Lei nº 9.433/97.



## curtos Hídricos em Bacias Hidrográficas no País, em R\$ 1,00

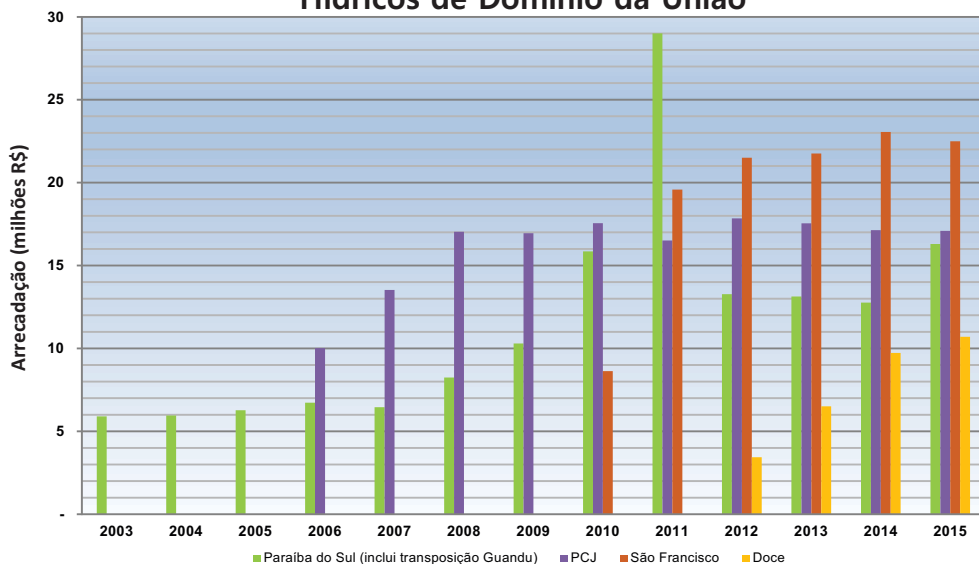
Início	2015		TOTAL		Fonte
	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	
mar/03	10.748.778	10.665.785	133.327.544	130.392.288	ANA
jan/07		5.631.802	-	19.796.745	INEA/RJ
jan/06	18.412.699	17.085.087	164.934.182	161.198.384	ANA
jul/10	23.068.966	22.490.083	122.683.547	117.019.970	ANA
nov/11	12.577.512	10.699.661	41.142.132	30.373.141	ANA
	<b>64.807.955</b>	<b>66.572.416</b>	<b>462.087.404</b>	<b>458.780.527</b>	
nov/96			148.186.110	136.981.415	COGERH/CE
nov/96	164.990	163.976	2.793.402	1.245.643	COGERH/CE
nov/96	2.007.861	1.897.339	11.467.339	11.030.916	COGERH/CE
nov/96	597.768	596.679	3.924.395	3.893.625	COGERH/CE
nov/96	857.243	641.109	3.345.098	2.661.675	COGERH/CE
nov/96	76.425.924	76.117.345	381.222.379	375.913.892	COGERH/CE
nov/96	430.440	347.682	2.264.543	2.619.109	COGERH/CE
nov/96	702.430	687.352	4.732.698	4.695.517	COGERH/CE
nov/96	685.694	606.929	4.246.067	4.672.506	COGERH/CE
nov/96	2.413.021	2.295.548	11.001.168	10.761.242	COGERH/CE
nov/96	1.067.618	1.001.759	4.585.781	3.896.368	COGERH/CE
nov/96	2.503.177	2.031.915	13.975.403	11.746.625	COGERH/CE
	<b>87.856.165</b>	<b>86.387.665</b>	<b>591.744.383</b>	<b>570.118.534</b>	
jan/04	834.568	1.063.970	8.676.838	8.018.208	INEA/RJ
jan/04	577.030	951.521	5.597.759	6.273.395	INEA/RJ
jan/04	396.748	547.777	5.049.736	5.808.896	INEA/RJ
jan/04	334.622	423.301	1.637.646	2.066.261	INEA/RJ
mar/04	3.572.116	6.270.545	28.995.756	27.063.694	INEA/RJ
mar/04	286.187	440.519	1.898.571	2.393.577	INEA/RJ
mar/04	15.510.647	36.540.949	175.982.629	138.249.323	INEA/RJ
mar/04	52.912	139.473	467.240	400.461	INEA/RJ
mar/04	1.270.218	1.651.418	10.269.926	11.241.091	INEA/RJ
mar/04	1.187.446	1.832.788	8.640.356	10.201.646	INEA/RJ
	<b>24.022.494</b>	<b>49.862.260</b>	<b>247.216.459</b>	<b>211.716.553</b>	
jan/07	3.009.235	2.737.085	27.116.030	26.602.972	CBH e SSRH/SP
jan/07	14.368.460	14.392.774	140.347.874	132.870.852	CBH e SSRH/SP
ago/10	7.656.889	7.706.675	41.408.116	37.189.909	CBH e SSRH/SP
jan/12	11.154.009	11.118.176	40.311.667	40.163.244	CBH e SSRH/SP
jun/13	6.167.821	3.702.745	15.083.151	9.388.266	CBH e SSRH/SP
jan/14	21.952.100	21.714.795	38.919.692	37.479.822	CBH e SSRH/SP
	<b>64.308.513</b>	<b>61.372.520</b>	<b>303.186.528</b>	<b>283.695.063</b>	
mar/10	116.072	115.454	523.321	519.355	IGAM/MG
mar/10	11.677.470	10.047.348	57.211.741	51.105.380	IGAM/MG
mar/10	4.971.176	4.805.346	30.870.066	30.025.062	IGAM/MG
jan/12	2.983.201	2.906.380	10.492.343	10.358.919	IGAM/MG
jan/12	7.707.608	7.781.221	27.683.777	27.415.256	IGAM/MG
jan/12	2.671.844	2.642.314	7.015.412	6.923.811	IGAM/MG
jan/12	639.283	594.209	2.245.940	2.144.970	IGAM/MG
jan/12	986.597	703.729	2.715.199	2.443.874	IGAM/MG
jan/12	874.078	631.095	2.643.471	2.522.348	IGAM/MG
nov/14	1.388.520	1.074.854	1.388.520	1.074.854	IGAM/MG
nov/14	1.344.162	933.342	1.344.162	933.342	IGAM/MG
	<b>35.360.009</b>	<b>32.235.291</b>	<b>144.133.952</b>	<b>135.467.171</b>	
set/13	3.364.596	2.840.004	7.240.131	6.715.707	AguaParaná
	<b>3.364.596</b>	<b>2.840.004</b>	<b>7.240.131</b>	<b>6.715.707</b>	
jan/15	4.124.056	408.644	4.124.056	408.644	AESA
	<b>4.124.056</b>	<b>408.644</b>	<b>4.124.056</b>	<b>408.644</b>	
	<b>283.843.789</b>	<b>294.046.729</b>	<b>1.759.732.913</b>	<b>1.647.105.454</b>	

2- Para não haver dupla contagem, desconsiderou-se os valores da linha "Paraíba do Sul (Transposição PBS/Guandu)" pois os mesmos estão contabilizados na linha "Guandu".

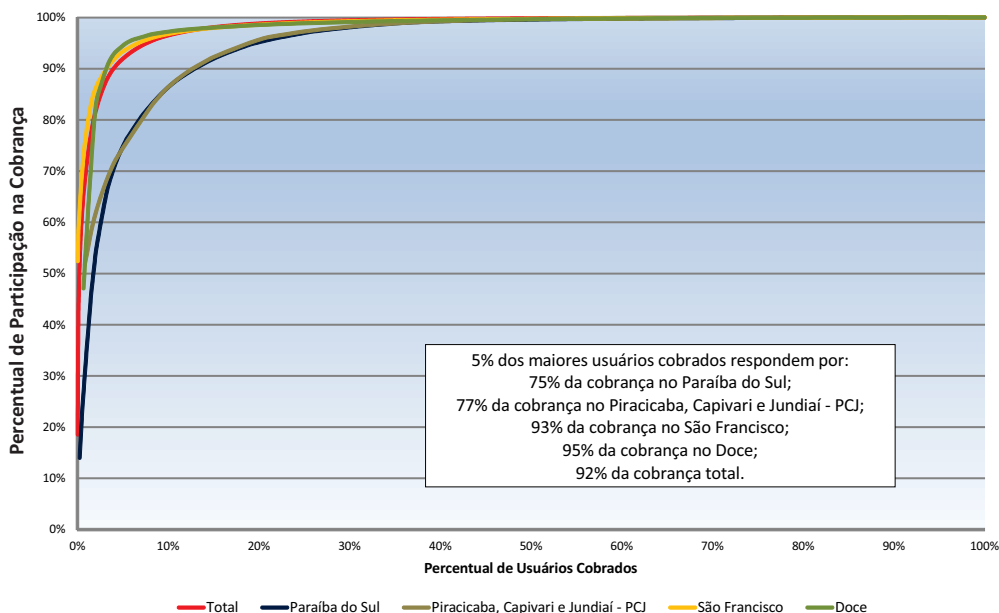
Para obter o histórico dos valores cobrados e arrecadados, ano a ano, desde o início da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, acesse: [www.ana.gov.br/cobranca](http://www.ana.gov.br/cobranca).

No mesmo endereço, no campo normativos legais, encontram-se as normas que regulamentam a Cobrança no País.

## Evolução da Arrecadação com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União

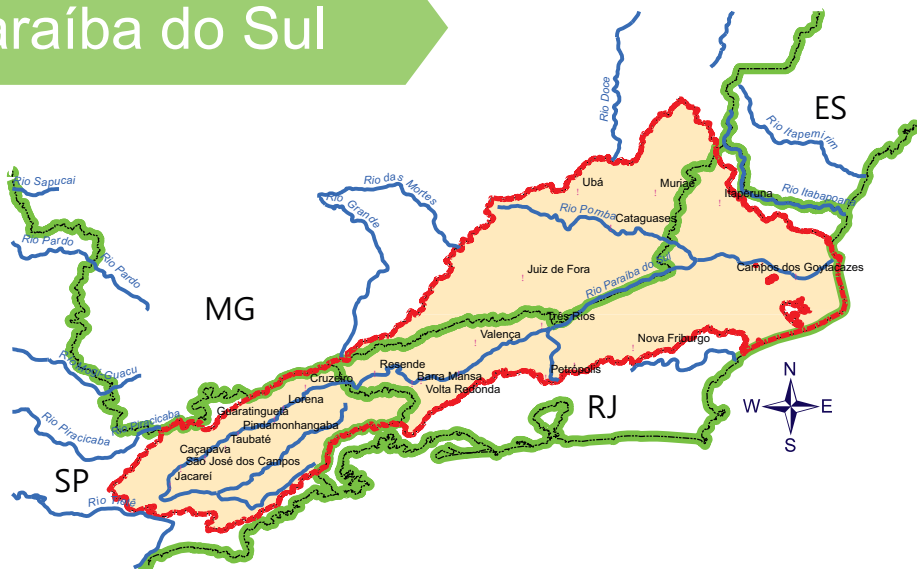


## Participação Percentual dos Usuários na Cobrança, em 2015<sup>1</sup>



1 - Na bacia do rio Paraíba do Sul não está contabilizado o valor cobrado pela transposição em função de não haver um usuário outorgado para este uso, mas sim uma transferência de 15% da arrecadação na bacia do rio Guandu para a bacia do rio Paraíba do Sul.

# Paraíba do Sul



## > A Bacia

**Área:** 55.500 Km<sup>2</sup> (SP: 25,0%; MG: 37,3%; RJ: 37,7%)

**Municípios:** 180

**População:** 5,2 milhões de habitantes

**Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul 2007 a 2020:** programa de investimentos de R\$ 4,7 bilhões  
+ **informações:** [www.ceivap.org.br](http://www.ceivap.org.br) e [www.agevap.org.br](http://www.agevap.org.br)

## Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul

Domínio	Início	Proposta CBH	Aprovação Conselho	Decreto¹	Lei²	Arrecadação	Aplicação
águas da União	mar/03	CEIVAP n° 218/14	CNRH n° 162/14			ANA	AGEVAP
águas fluminenses	jan/04		CERHI/RJ n° 06/03		RJ n° 4.247/03 e 5.234/08	INEA/RJ	Fundrhi/RJ
águas paulistas	jan/07	CBH-PS n° 05/06 e 07/06	CRH/SP n° 67/06	SP n° 51.450/06		DAEE/SP	Fehidro/SP
águas mineiras	nov/14	COMPÉ n° 37/14	CERH/MG n° 355/14			IGAM/MG	AGEVAP
		CBH Preto Paraibuna n° 02/14					

1 - Além da proposta do CBH e aprovação pelo CRH, a Cobrança nas águas paulistas dependem de Decreto do Governador.

2 - O Estado do Rio de Janeiro iniciou a Cobrança nas águas de domínio do Estado com edição da Lei RJ nº 4.247/03. Para mais informações sobre as cobranças fluminense, paulista e mineira, consulte [www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br) , [www.dae.sp.gov.br](http://www.dae.sp.gov.br) e [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br).



## > Cobrança e Arrecadação - Águas de Domínio da União

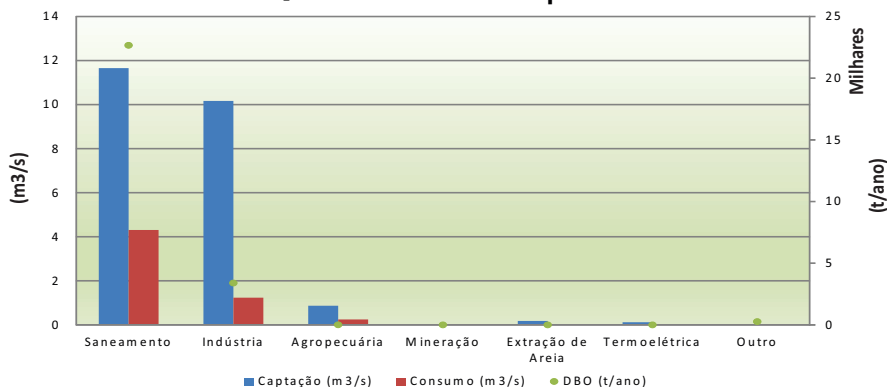
**São cobrados:** usuários sujeitos à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (captação de água

superior a 1,0 l/s - Deliberação CEIVAP nº 218/14 aprovada pela Resolução CNRH nº 162/14).

Setor	Nº de usuários	Valores Nominais (R\$)				Valores Cobrados (R\$)	Arrecadação (R\$)
		Captação	Consumo	DBO	Total		
Saneamento	91	3.309.141	2.962.748	1.729.210	8.001.098	7.870.966	8.027.259
Indústria	96	2.580.531	824.826	257.964	3.663.321	2.673.676	2.481.766
Agropecuária	41	25.206	28.209	52	53.467	53.840	36.997
Mineração	3	2.849	4.949	0	7.798	7.798	1.669
Extração de Areia	136	55.330	6.979	0	62.309	60.976	43.209
Termoelétrica	1	28.022	15.787	0	43.810	51.530	51.530
Outro	27	6.545	4.430	20.002	30.977	29.992	23.356
<b>Total Cobrança PBS</b>	<b>395</b>	<b>6.007.624</b>	<b>3.847.928</b>	<b>2.007.229</b>	<b>11.862.780</b>	<b>10.748.778</b>	<b>10.665.785</b>
<b>Total Transposição</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.631.802</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>395</b>	<b>6.007.624</b>	<b>3.847.928</b>	<b>2.007.229</b>	<b>11.862.780</b>	<b>10.748.778</b>	<b>16.297.587</b>

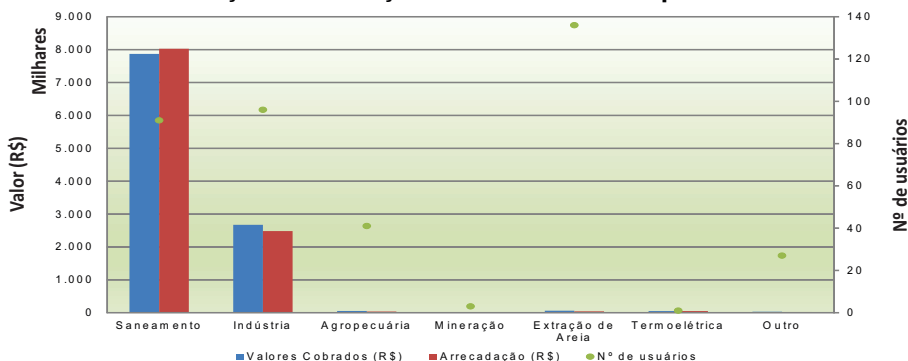
1 - Os valores cobrados consideram os ajustes de uso e medição.

### Quantidade Utilizada por Setor



Somente os usos de domínio da União estão incluídos no gráfico acima.

### Cobrança, Arrecadação e Nº de Usuários por Setor



## > Aplicação dos Recursos

Os valores arrecadados pela ANA na bacia do rio Paraíba do Sul são integralmente repassados à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, entidade delegatária escolhida pelo CEIVAP e

aprovada pelo CNRH. Cabe à AGEVAP desembolsar os recursos nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo CEIVAP.

### Repasso dos recursos arrecadados com a Cobrança e desembolso, em R\$ (milhões)

Ano	Repasso + Rendimentos <sup>1</sup>	Desembolso <sup>2</sup>	% Desembolsado	Saldo Acumulado <sup>5</sup>
	(A)	(B)	(B/A)	
		ANA <sup>3</sup>		
2003	-	4,9	-	-
2004	-	0,1	-	-
Total	-	5,0	-	-
		AGEVAP		
pós set/ 2004	6,6	0,2	3%	6,4
2005	7,3	1,9	26%	11,8
2006	8,0	3,0	37%	16,8
2007	9,1	6,8	74%	19,2
2008	9,4	3,1	33%	25,5
2009	12,6	3,8	30%	34,3
2010	14,9	3,1	21%	46,1
2011	16,5	3,4	21%	59,2
2012 <sup>4</sup>	26,5	8,0	30%	77,7
2013	17,3	22,0	127%	73,0
2014	16,1	12,2	75%	77,0
2015	20,6	14,4	70%	83,2
Total	165,0	81,8	50%	83,2

No período 2013/2015, o volume de recursos desembolsados pela AGEVAP superou o volume de recursos a ela repassado.

1- Recursos da cobrança repassados pela ANA para a AGEVAP, somados aos rendimentos financeiros desses recursos. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montantes a serem repassados no início de 2016.

2- Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo da AGEVAP (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança).

3- No período 2003/2004, parte dos recursos arrecadados com a cobrança foram aplicados diretamente pela ANA, pois a figura do contrato de gestão com a AGEVAP surgiu somente com a Medida Provisória 165/04.

4- Em 2012, inclui-se o repasse do valor que vinha sendo depositado em juízo pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - R\$ 14.421.441,49.

5- Inclui-se recursos cujas ações estão em execução.

Fonte: Relatório do Contrato de Gestão - Exercício 2015.

## >> Exemplo de Aplicação

✓ PSA Hídrico: projeto de revitalização de nascentes nos municípios de Rio Pomba/MG, Muriaé/MG e São Sebastião da Vargem Alegre/MG. Previsão de serem plantadas em torno de 90 mil mudas de espécies nativas em Áreas de Preservação Permanente.



Viveiros de produção de mudas  
Foto: Ana Costa - AGEVAP

✓ Captação emergencial em função da crise hídrica: obras de readequação da captação de água bruta no município de Jacareí/SP.



Motobombas adquiridas  
Foto: Marina de Assis - AGEVAP

✓ Captação emergencial em função da crise hídrica: obras emergenciais para adaptações do sistema de captação da ETA de Sapucaia/RJ.



Placa na ETA de Sapucaia  
Foto: Darwin Engenharia Ltda

✓ Entrega de 36 Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB.

## > Destaques de 2015

✓ A AGEVAP vem planejando os investimentos conforme o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o período 2013/2016 – PAP (instrumento de orientação das ações do plano de bacia a serem executadas com recursos da Cobrança, conforme aprovado pela Deliberação CEIVAP nº 199/12).

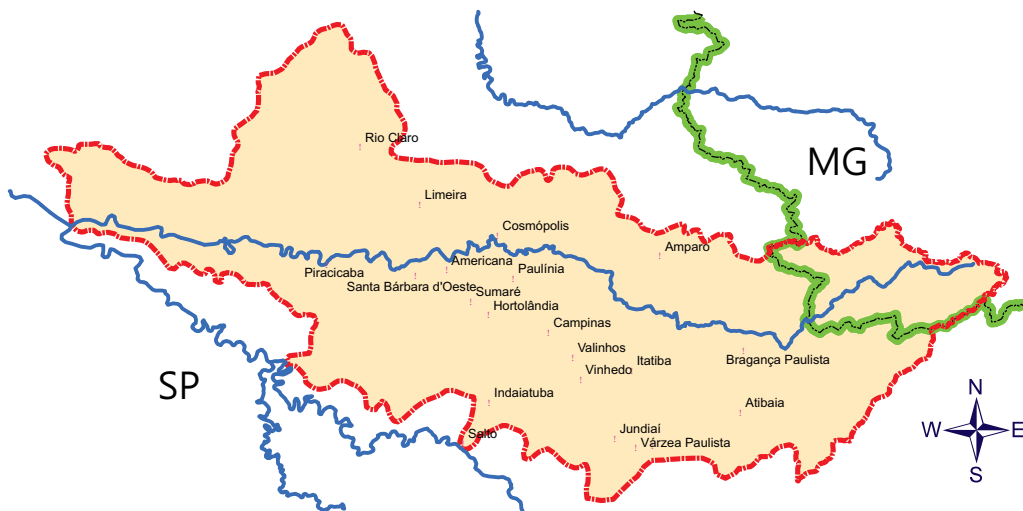
✓ Os novos mecanismos e preços de cobrança propostos pela Deliberação CEIVAP nº 218/14 e aprovados pelo CNRH entraram em vigor na bacia do rio Paraíba do Sul em fevereiro de 2015 (os preços anteriores vigoraram sem alteração de 2007 a 2015).

✓ O CNRH prorrogou, até 30 de junho de 2026, a delegação de competência à AGEVAP para desempenhar as funções de Agência de Águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

✓ O CBH Guandu (fluminense) encaminhou ao CERHi/RJ proposta de atualização do preço cobrado pelo uso de recursos hídricos (de R\$ 0,02/m<sup>3</sup> para R\$ 0,04/m<sup>3</sup> - atualização de 100%). Lembra-se que 15% da arrecadação na bacia do rio guandu são transferidos para a bacia do rio Paraíba do Sul.



# Bacias PCJ



## > A Bacia

**Área:** 15.304 Km<sup>2</sup> (SP: 92,6%; MG: 7,4%)

**Municípios:** 76

**População:** 5,3 milhões de habitantes

**Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2020:** programa de investimentos de R\$ 4,45 bilhões

+ **informações:** [www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)  
e [www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

## Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos nas Bacias PCJ

Domínio	Início	Proposta CBH	Aprovação Conselho	Decreto <sup>1</sup>	Arrecadação	Aplicação
águas da União	jan/06	Comitês PCJ nº 160/12	CNRH nº 155/14		ANA	Agência PCJ
águas paulistas	jan/07	Comitês PCJ nº 160/12 e 211/14	CRH/SP nº 164/14 e 169/15	SP nº 61.430/15	DAEE/SP	Fehidro/SP
águas mineiras	mar/10	Comitês PCJ nº 21/08	CERH/MG nº 213/09		IGAM/MG	

1 - Além da proposta do CBH e aprovação pelo CRH, a Cobrança nas águas paulistas depende de Decreto do Governador. Para mais informações sobre as cobranças paulista e mineira, consulte [www.dae.sp.gov.br](http://www.dae.sp.gov.br) e [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br).

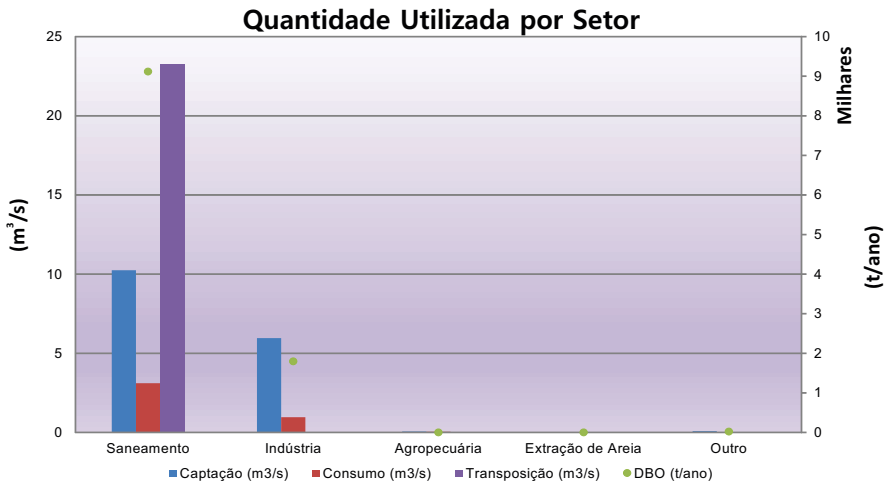
# > Cobrança e Arrecadação - Águas de Domínio da União

São cobrados: usuários sujeitos à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (captação de água

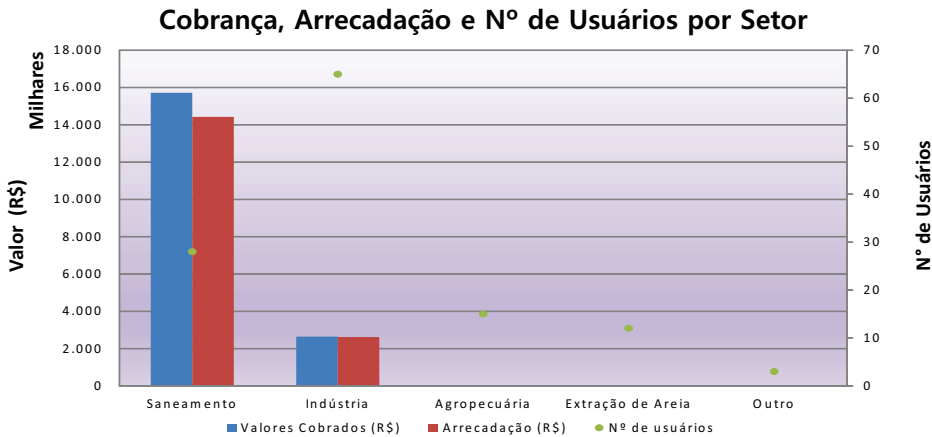
superior a 5m³/dia - Deliberação Comitês PCJ nº 78/07 aprovada pela Resolução CNRH nº 78/07).

Setor	Nº de usuários	Valores Nominais (R\$)					Valores Cobrados (R\$)	Arrecadação (R\$)
		Captação	Consumo	DBO	Transposição	Total		
Saneamento	28	3.295.837	2.306.375	1.071.116	10.073.860	16.747.188	15.720.283	14.425.653
Indústria	65	1.758.157	712.719	210.937	0	2.681.813	2.644.817	2.621.303
Agropecuária	15	5.365	8.021	6	0	13.392	13.651	7.887
Extração de Areia	12	8.321	2.438	157	0	10.916	11.596	7.892
Outro	3	9.216	8.666	2.724	0	20.607	22.352	22.352
Total	123	5.076.896	3.038.220	1.284.940	10.073.860	19.473.916	18.412.699	17.085.087

1 - Os valores cobrados consideram os ajustes de uso e medição.



Somente os usos de domínio da União estão incluídos no gráfico acima.



## > Aplicação dos Recursos

Os valores arrecadados pela ANA nas Bacias PCJ são integralmente repassados à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Agência PCJ, entidade delegatária escolhida

pelos Comitês PCJ e aprovada pelo CNRH. Cabe à Agência PCJ desembolsar os recursos nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelos Comitês PCJ.

### Repasso dos recursos arrecadados com a Cobrança e desembolso, em R\$ (milhões)

Ano	Repasso + Rendimentos¹	Desembolso²	% Desembolsado	Saldo Acumulado
	(A)	(B)	(B/A)	
Agências das Bacias PCJ				
2006	10,8	1,6	15%	9,2
2007	14,9	3,3	22%	20,8
2008	19,6	4,9	25%	35,5
2009	20,0	7,8	39%	47,6
2010	21,6	11,8	54%	57,5
2011	20,6	11,8	57%	66,3
2012	22,3	24,4	110%	64,1
2013	21,3	20,0	94%	65,5
2014	23,0	17,2	75%	71,3
2015	20,6	21,6	105%	70,2
Total	194,7	124,5	64%	70,2

Em 2012, 2013 e 2015, o volume de recursos desembolsados pela Agência PCJ superou o volume de recursos a ela repassado.

1- Recursos da cobrança repassados pela ANA para a Agência PCJ, somados aos rendimentos financeiros desses recursos. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montante a serem repassados no início do ano de 2016.

2- Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo da Agência PCJ (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança).

3- Inclusive recursos cujas ações estão em execução.

Fonte: Relatório do Contrato de Gestão - Exercício 2015.

## >>Exemplo de Aplicação

✓ Prestação de serviços para suporte técnico e administrativo para fins de cadastramento, fiscalização e regularização de outorgas nas Bacias PCJ.



Fiscalização de outorgas  
Foto: Agência das Bacias PCJ

✓ Prestação de serviços para desenvolvimento de estudo piloto para caracterizar qualitativamente o efluente da ETE Capivari II, visando avaliar implementação de prática de reuso direto.

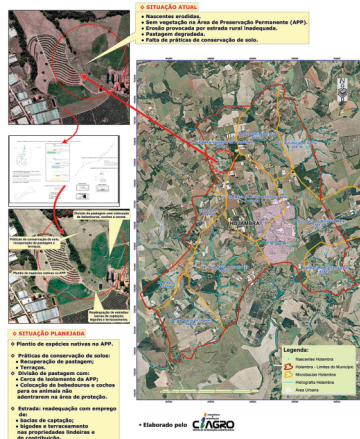


Estação de Produção de Água de Reuso - EPAR Capivari II  
Foto: Agência das Bacias PCJ

✓ Prestação de serviços de georreferenciamento e elaboração de projetos executivos visando à recuperação de nascentes e áreas de recarga d'água localizadas nas sub-bacias do município de Holambra/SP,

envolvendo o município de Jaguariúna/SP.

Retratos das Nascentes de Holambra



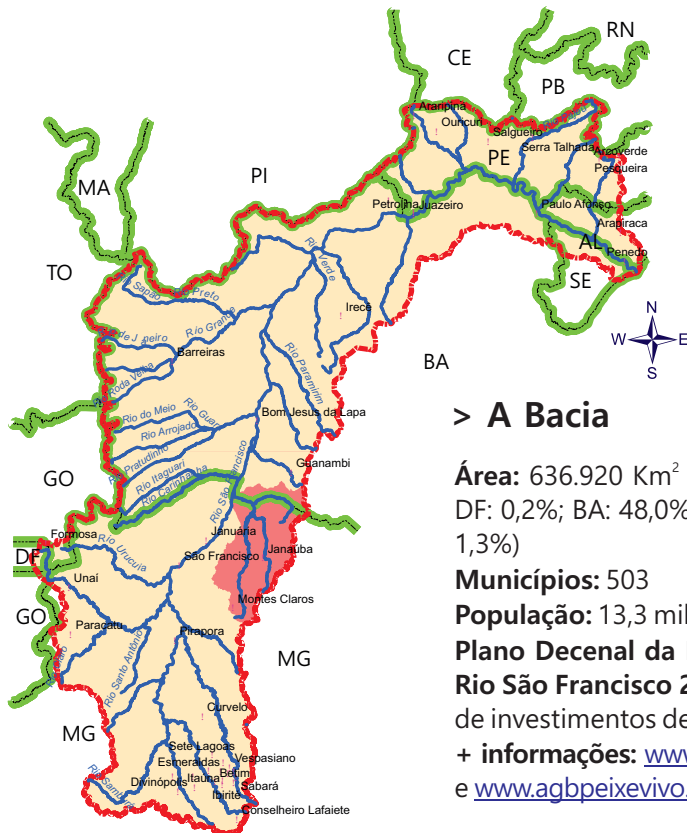
Projeto nascentes de Holambra/SP  
Foto: Agência das Bacias PCJ

## >Destaques 2015

✓ A Agência PCJ vem planejando os investimentos conforme Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio da União das Bacias PCJ para o período 2013/2016 (instrumento de orientação das ações a serem executadas pela Agência PCJ com recursos da Cobrança, conforme aprovado pela Deliberação Comitês PCJ nº 163/12).

✓ O CRH-SP ratificou o referendo da proposta dos Comitês PCJ de novos preços de cobrança pelo uso das águas paulistas das bacias PCJ, sugeridos pela Deliberação Comitês PCJ nº 160/12, que entraram em vigor em agosto de 2015 após edição de decreto do Governador.

# São Francisco



## > A Bacia

**Área:** 636.920 Km<sup>2</sup> (MG: 36,8%; GO: 0,5%; DF: 0,2%; BA: 48,0%; PE: 10,9; AL: 2,3%; SE: 1,3%)

Municípios: 503

**População:** 13,3 milhões de habitantes

## Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004 a 2013: programa de investimentos de R\$ 5,2 bilhões

+ informações: [www.cbhsaofrancisco.org.br](http://www.cbhsaofrancisco.org.br)  
e [www.agbpeixevivo.org.br](http://www.agbpeixevivo.org.br)

## Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio São Francisco

Domínio	Início	Proposta CBH	Aprovação Conselho	Arrecadação	Aplicação
águas mineiras	mar/10	CBH Velhas nº 03/09 e 04/09	CERH/MG nº 185/09	IGAM/MG	AGB Peixe Vivo
	não iniciada	CBH Pará nº 24/13	CERH/MG nº 344/13		
	não iniciada	CBH Verde Grande nº 50/15			
águas da União	jul/10	CBHSF nº 40/08 e 56/10	CNRH nº 108/10 e 132/11	ANA	AGB Peixe Vivo
	não iniciada	CBH Verde Grande nº 50/15	CNRH nº 171/15		
águas baianas	não iniciada	CBH Verde Grande nº 50/15			

Para mais informações sobre a cobrança mineira e baiana, consulte [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br) e [www.inema.ba.gov.br](http://www.inema.ba.gov.br).



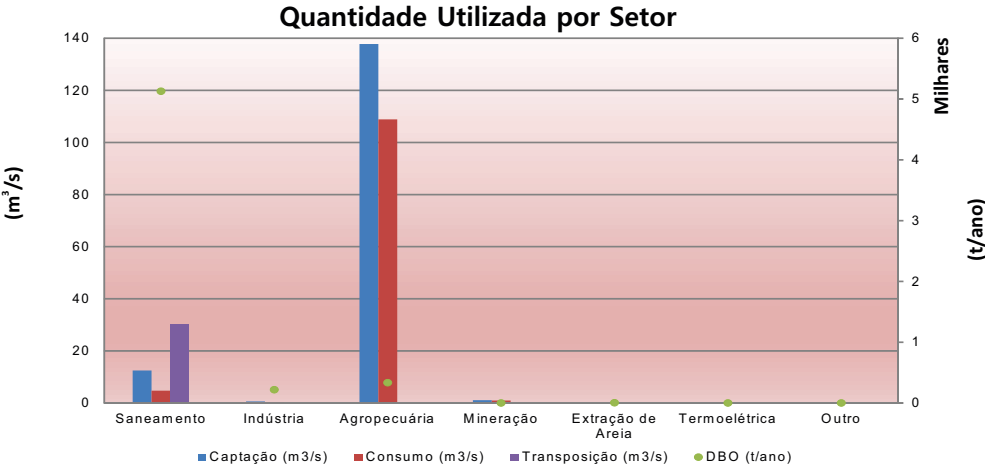
# > Cobrança e Arrecadação - Águas de Domínio da União

São cobrados: usuários sujeitos à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (captação de água

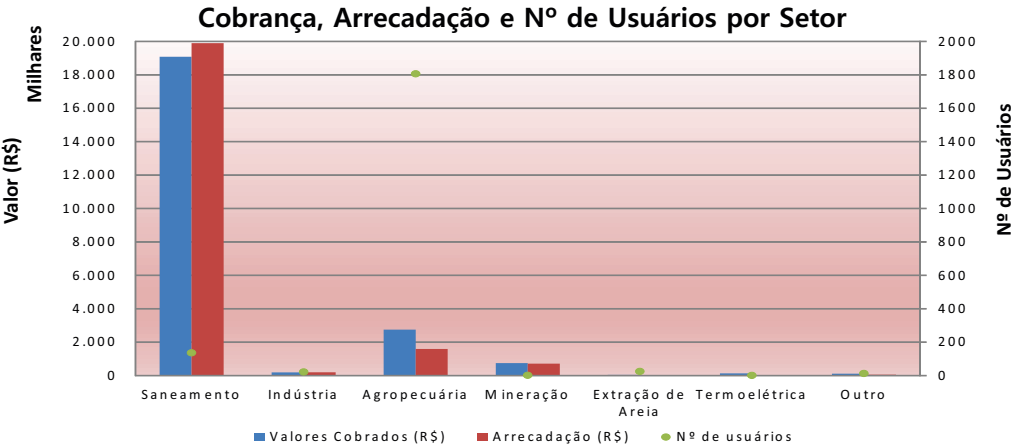
superior a 4,0 l/s - Deliberação CBHSF nº 50/10 aprovada pela Resolução CNRH nº 113/10).

Setor	Nº de usuários	Valores Nominais (R\$)					Valores Cobrados (R\$)	Arrecadação (R\$)
		Captação	Consumo	DBO	Transposição	Total		
Saneamento	136	3.256.240	1.863.881	358.879	14.169.146	19.648.146	19.084.873	19.894.819
Indústria	22	139.942	137.788	15.355	0	293.085	190.829	199.289
Agropecuária	1806	1.097.315	1.720.307	23.375	0	2.840.997	2.749.270	1.595.001
Mineração	2	270.951	493.374	0	0	764.324	750.410	718.765
Extração de Areia	25	18.614	25.517	274	0	44.405	43.069	23.721
Termoelétrica	1	45.552	91.104	0	0	136.656	136.656	0
Outro	13	36.480	72.960	0	0	109.440	113.859	58.487
Total	2005	4.865.094	4.404.930	397.883	14.169.146	23.837.053	23.068.966	22.490.083

1 - Os valores cobrados consideram os ajustes de uso e medição.



Somente os usos de domínio da União estão no gráfico acima.



## > Aplicação dos Recursos

Os valores arrecadados pela ANA na bacia do rio São Francisco são integralmente repassados à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, entidade delegatária escolhida

pelo CBHSF e aprovada pelo CNRH. Cabe à AGB Peixe Vivo desembolsar os recursos nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo CBHSF.

### Repasso dos recursos arrecadados com a Cobrança e desembolso, em R\$ (milhões)

Ano	Repasso + Rendimentos <sup>1</sup>	Desembolso <sup>2</sup>	% Desembolsado	Saldo Acumulado <sup>3</sup>
	(A)	(B)	(B/A)	
		AGB Peixe Vivo		
2010	2,4	0,4	16%	2,0
2011	29,5	3,6	12%	27,9
2012	22,3	8,1	36%	42,2
2013	23,9	16,2	68%	49,8
2014	29,5	16,5	56%	62,9
2015	24,1	20,6	86%	66,4
<b>Total</b>	<b>131,8</b>	<b>65,4</b>	<b>50%</b>	<b>66,4</b>

Em 2015, o volume de recursos desembolsados pela AGB Peixe Vivo superou o volume de recursos a ela repassado.

1- Recursos da cobrança repassados pela ANA para a AGB Peixe Vivo, somados aos rendimentos financeiros desses recursos. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montante a serem repassados no início do ano de 2016.

2- Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo da AGB Peixe Vivo (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança).

3- Inclusive recursos cujas ações estão em execução.

Fonte: Relatório do Contrato de Gestão - Exercício 2015.

## >> Exemplo de Aplicação

✓ Contratação de dois projetos hidroambientais em bacias afluentes da Represa de Três Marias, no município de Três Marias/MG. O primeiro na bacia do ribeirão Extrema Grande, já finalizado, com construção de barraginhas, terraços, paliçadas de madeira e cercamento de Áreas de Preservação Permanente. O segundo trata de recuperação de uma vereda a partir do plantio de espécies típicas, como

o buriti, com cercamento, manutenção das mudas plantadas por 12 meses (adubação, irrigação, capina e controle de pragas).



Projeto Hidroambiental, Três Marias/MG  
Foto: Wilton Mercês - Ascom/CBHSF

✓ Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB de 19 municípios (médio São Francisco: Angical/BA, Catolândia/BA, São Desidério/BA, Barra/BA, Barra do Mendes/BA e Carinhanha/BA; submédio São Francisco: Jacobina/BA, Miguel Calmon/BA, Mirangaba/BA, Afogados da Ingazeira/PE, Flores/PE e Pesqueira/PE; e baixo São Francisco: Belo Monte/AL, Feira Grande/AL, Igreja Nova/AL, Ilha das Flores/SE, Propriá/SE, Telha/SE e Traipu/AL). Os PMSBs do Alto São Francisco já foram finalizados.



✓ Contratação de diagnóstico da condição sanitária e ambiental de 350 nascentes nas porções média e baixa da bacia do rio Piauí, no estado de Alagoas.



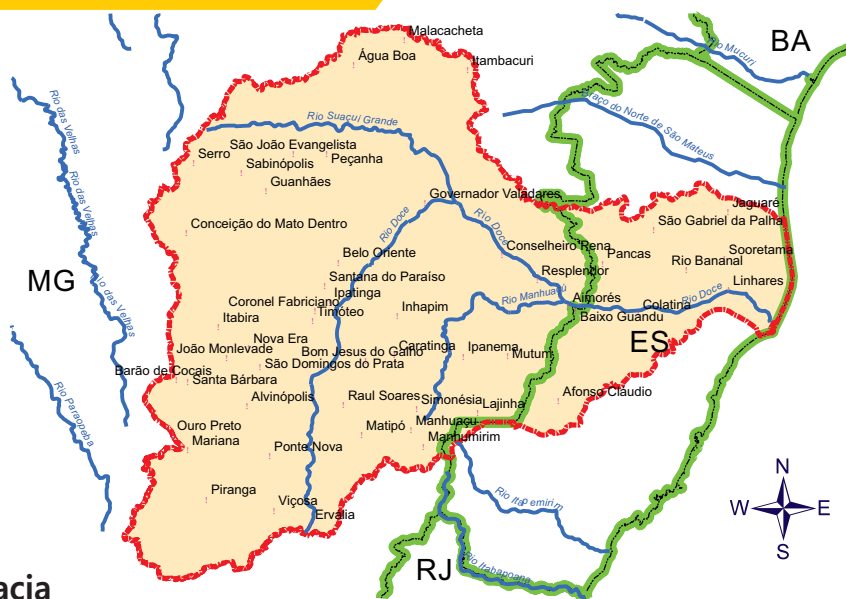
## > Destaques 2015

✓ A AGB Peixe Vivo vem planejando os investimentos conforme Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para o período 2013/2015 (instrumento de orientação das ações a serem executadas com recursos da Cobrança, conforme aprovado pela Deliberação CBHSF nº 71/12).

✓ O CBH Verde Grande encaminhou ao CNRH, ao CONERH-BA e ao CERH-MG proposta de mecanismos e valores de cobrança para a bacia, tendo sido aprovada pelo CNRH e a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia poderá ter início em 2016.

✓ O CNRH prorrogou, até 31 de dezembro de 2021, a delegação de competência à AGB Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

# Doce



## > A Bacia

Área: 86.711 Km<sup>2</sup> (MG: 86%; ES: 14%)

Municípios: 230

População: 3,5 milhões de habitantes

**Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce 2010 a 2020:** programa de investimentos de R\$ 1,34 bilhão

+ informações: [www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br) e [www.ibioagbdoce.org.br](http://www.ibioagbdoce.org.br)

## Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce

Domínio	Início	Proposta CBH	Aprovação Conselho	Arrecadação	Aplicação
águas da União	nov/11	CBH-Doce nº 26/11	CNRH nº 123/11	ANA	
águas mineiras	jan/12	CBH Piranga nº 04/11	CERH/MG nº 277/11	IGAM/MG	IBio AGB-Doce
		CBH Piracicaba nº 15/11	CERH/MG nº 279/11		
		CBH Sto. Antônio nº 08/11	CERH/MG nº 297/11		
		CBH Suaçuí nº 28/11	CERH/MG nº 280/11		
		CBH Caratinga nº 09/11	CERH/MG nº 278/11		
		CBH Manhuaçu nº 01/11	CERH/MG nº 296/11		
águas capixabas	não iniciada	CBH São José nº 02/11	CERH/ES nº 34/12		
		CBH Guandu nº 01/11	CERH/ES nº 35/12		

Para mais informações sobre as cobranças mineira e capixaba, consulte [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br) e [www.agerh.es.gov.br](http://www.agerh.es.gov.br).

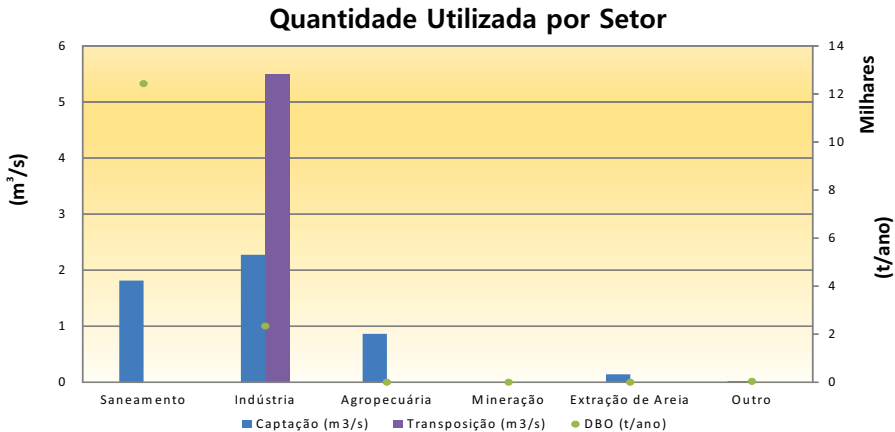
## > Cobrança e Arrecadação - Águas de Domínio da União

**São cobrados:** usuários sujeitos à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (captação de água superior a 1,0 l/s no trecho

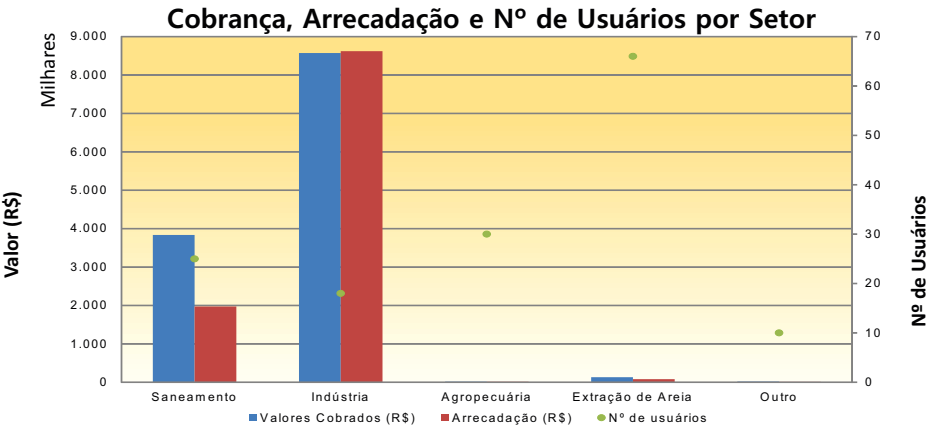
mineiro e 1,5 l/s no trecho capixaba - Deliberação CBH-Doce nº 28/11 aprovada pela Resolução CNRH nº 125/11).

Setor	Nº de usuários	Valores Nominais (R\$)				Valores Cobrados (R\$)	Arrecadação (R\$)
		Captação	DBO	Transposição	Total		
Saneamento	25	1.786.137	1.989.254	0	3.775.391	3.834.783	1.972.420
Indústria	18	2.150.138	373.735	5.762.880	8.286.753	8.573.766	8.621.887
Agropecuária	30	21.793	0	0	21.793	16.884	14.122
Extração de Areia	66	133.460	0	0	133.460	131.370	80.466
Outro	10	17.153	5.068	0	22.222	20.708	10.766
Total	149	4.108.681	2.368.058	5.762.880	12.239.618	12.577.512	10.699.661

1 - Os valores cobrados consideram os ajustes de uso e medição.



Somente os usos de domínio da União estão incluídos no gráfico acima.



O CBH-Doce estabeleceu valores de Cobrança progressivos do ano 2011 ao ano 2015, atrelando essa progressividade ao

alcançe de metas de desembolso pelo IBio AGB-Doce (Deliberação CBH-Doce nº26/11, disponível em: [www.ana.gov.br/cobranca](http://www.ana.gov.br/cobranca)).

## > Aplicação dos Recursos

Os valores arrecadados pela ANA na bacia do rio Doce são integralmente repassados ao Instituto Bioatlântica - IBio AGB-Doce, entidade delegatária escolhida pelo CBH-Doce e aprovada pelo CNRH.

Cabe ao IBio AGB-Doce desembolsar os recursos nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo CBH-Doce.

### Repasso dos recursos arrecadados com a Cobrança e desembolso, em R\$ (milhões)

Ano	Repasso + Rendimentos¹	Desembolso²	% Desembolsado	Saldo Acumulado³
	(A)	(B)	(B/A)	
IBio				
2012	2,8	0,7	25%	2,1
2013	6,6	3,5	53%	5,3
2014	10,2	3,6	35%	11,9
2015	8,7	5,2	59%	15,4
Total	28,4	13,0	46%	15,4

1- Recursos da cobrança repassados pela ANA para o IBio AGB-Doce, somados aos rendimentos financeiros desses recursos. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montante a serem repassados no início do ano de 2016.

2- Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo do IBio AGB-Doce (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança).

3- Inclui recursos cujas ações estão em execução.

Fonte: Relatório do Contrato de Gestão - Exercício 2015.

## >> Exemplo de Aplicação

✓ Dentro do Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura, já foram contempladas 240 propriedades rurais, nas bacias dos rios Caratinga, Guandu, Manhauçu, Santa Maria do Doce, Suaçuí e São José.





✓ Dentro do Programa de Universalização do Saneamento, já foram contratados 156 Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, 55 deles já foram concluídos. Foi realizada a 1ª Rodada de Seminários sobre Saneamento na bacia do rio Doce, reunindo representantes dos municípios com PMSB concluídos, visando identificar as prioridades de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



Seminário sobre Saneamento, Viçosa/MG  
Foto: Divulgação CBH Doce



Seminário sobre Saneamento, Colatina/ES  
Foto: Divulgação CBH Doce

✓ Contratação de elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR e projetos de plantio de espécies florestais para conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis para 600 propriedades rurais, nas bacias dos rios Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José.

✓ Esforços dos Comitês atuantes na bacia e do IBio-AGB Doce na realização de ações para minimizar os impactos do rompimento da barragem em Mariana/MG.



"Missão Mariana": visita às áreas atingidas  
Foto: Divulgação CBH Doce

## > Destaques 2015

✓ O IBio AGB Doce vem planejando os investimentos conforme Plano de Aplicação Plurianual - PAP da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período 2013/2015 (instrumento de orientação das ações a serem executadas com recursos da Cobrança de toda a bacia, conforme aprovado pela Deliberação CBH-Doce nº 32/12).

✓ Houve a progressividade final dos preços cobrados pelos usos de domínio da União e de domínio mineiro, conforme previsão aprovada pelo CNRH e pelo CERH/MG.

✓ O CNRH prorrogou, até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao IBio AGB-Doce para desempenhar as funções de Agência de Águas da bacia hidrográfica do rio Doce.

## Entes do SINGREH



## Competências Relacionadas à Cobrança e Agência

**Delibera** sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos CBHs;

**Estabelece critérios** gerais para a Cobrança;

**Define os valores** a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos CBHs;

**Autoriza a criação** ou delega funções de Agência de Água.



**Aprova o plano** de recursos hídricos da bacia;

**Propõe** ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos os usos de pouca expressão, para efeito de isenção da Outorga, e consequentemente, da Cobrança;

**Estabelece os mecanismos** de cobrança e sugere os valores a serem cobrados;

**Solicita criação** de Agência de Água.



**Implementa a Cobrança** em articulação com os CBHs;

**Elabora estudos** técnicos para subsidiar o CNRH na definição dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União;

**Efetua a Cobrança**, podendo delegá-la às Agências de Água.



**Analisa e emite pareceres** sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela Cobrança;

**Acompanha a administração financeira** dos recursos arrecadados com a Cobrança em sua área de atuação;

**Elabora o Plano** de Recursos Hídricos para apreciação do CBH;

**Propõe ao CBH:** i) os valores a serem Cobrados e ii) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a Cobrança.

## AGEVAP

Central de Atendimento: 0800 024 8389

[www.agevap.org.br](http://www.agevap.org.br)

## Agência PCJ

Central de Atendimento: (19) 3437 2108

[www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)

## AGB Peixe Vivo

Central de Atendimento: 0800 031 1607

[www.agbpeixevivo.org.br](http://www.agbpeixevivo.org.br)

## IBio AGB Doce

Central de Atendimento: 0800 033 1783

[www.ibioagbdoce.org.br](http://www.ibioagbdoce.org.br)

## ANA

Central de Atendimento: 0800 725 2255

[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

[cobranca@ana.gov.br](mailto:cobranca@ana.gov.br)

Serra do Amolar (MS)

Foto: Zig Koch/Banco de Imagens ANA